

SÚMULA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Relatório da Audiência Pública nº 05/2023

Assunto: Audiência pública relativa à alteração no Anexo I do edital para a inclusão de dois blocos exploratórios (PRC-T-54 e ES-T-399) e uma área com acumulações marginais (Japiim) no edital da Oferta Permanente de Concessão (OPC).

Local: Videoconferência.

Link da gravação completa: <https://www.youtube.com/watch?v=939JoY75L00&list=PLvGUUvSxkN9Vv2GOVnk3hyEjUge0jVeCN>

Data e horário: 14 de março de 2023, 14h.

A ANP realizou a Audiência Pública nº 05/2023 acerca da alteração no Anexo I do edital para a inclusão de dois blocos exploratórios e uma área com acumulações marginais no edital da Oferta Permanente de Concessão no dia 14 de março de 2023, às 14h, por meio de videoconferência.

A Audiência Pública nº 05/2023 teve como objetivos:

- Obter subsídios e informações adicionais sobre a alteração no Anexo I do edital para a inclusão de dois blocos exploratórios (PRC-T-54 e ES-T-399) e uma área com acumulações marginais (Japiim) no edital da Oferta Permanente de Concessão (OPC);
- Propiciar aos agentes econômicos e à sociedade como um todo a possibilidade de encaminhamento de comentários e sugestões;
- Identificar, da forma mais ampla possível, todos os aspectos relevantes à matéria objeto da audiência pública;
- Dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.

O aviso da Audiência Pública nº 05/2023 foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) no dia 3 de março de 2023 e nos sítios eletrônicos [Página Inicial — Português \(Brasil\) \(www.gov.br\)](#) e <http://www.gov.br/anp>.

Não houve período de consulta pública.

A mesa-diretora da audiência pública foi composta por:

- Renato Silveira, Superintendente de Promoção de Licitações da ANP e presidente da audiência;
- Hudson Filadelfo, Coordenador Administrativo da SPL/ANP e secretário da audiência;
- Tatiana Motta Vieira, Procuradora, representando a Procuradoria Federal junto à ANP.

A diretora da ANP, Symone Christine de Santana Araújo, fez o discurso de abertura, destacando o grande valor da indústria brasileira de óleo e gás no cenário internacional e os benefícios que proporciona ao país. A Diretora também lembrou a importância de adaptação às mudanças observadas na indústria e a relevância que a Oferta Permanente assumiu no contexto atual. Por fim, Symone Araújo falou sobre os vinte cinco anos da ANP e o proeminente papel da agência desde a rodada zero.

O presidente da audiência e superintendente da SPL, Renato Silveira, seguiu a programação da audiência explicando o rito formal do evento realizado por videoconferência, de acordo com as regras da Resolução ANP nº 846, de 25 de junho de 2021. Também apresentou os componentes da mesa e informou que haveria três apresentações da ANP: a primeira, realizada pela Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente (SSM), sobre as Diretrizes Ambientais dos blocos propostos para inclusão na Oferta Permanente de Concessão, a segunda, realizada pela Superintendência de Desenvolvimento e Produção (SDP), sobre informações técnicas da área com acumulações marginais de Japiim e a terceira, realizada pela Superintendência de Promoção de Licitações (SPL), sobre as alterações no edital de licitações.

Após as explanações, o presidente da audiência passou a palavra para o agente público da Superintendência de Segurança Operacional e Meio-Ambiente (SSM), Francisco José Marcelo Pereira, que falou sobre as Diretrizes Ambientais dos blocos propostos para inclusão na Oferta Permanente de Concessão.

Em seguida, a palavra foi para o Coordenador de Campos Maduros e de Economicidade Marginal Terrestres da Superintendência de Desenvolvimento e Produção (SDP), Isidoro Garcia dos Santos, que explanou acerca da área com acumulações marginais de Japiim.

Por fim, o presidente passou a palavra para o Coordenador Financeiro da Superintendência de Promoção de Licitações (SPL), Antônio Luiz Freitag de Mello, que apresentou os parâmetros técnicos e econômicos dos blocos/área propostos para inclusão na Oferta Permanente de Concessão.

Nota da ANP: Todas as apresentações e o link da gravação estão disponíveis na página da Audiência Pública nº 05/2023: [Consulta Pública e Audiência Pública — Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis \(www.gov.br\)](https://www.gov.br/consultapublica)

O presidente da audiência agradeceu as apresentações e convidou o participante inscrito como expositor a fazer uso da palavra:

- Urias de Moura Bueno Neto, representante do Instituto Internacional Arayara, comentou que, para contribuir com a audiência pública, o instituto preparou uma nota técnica com apontamentos que incluem produtos cartográficos para fundamentar os argumentos expostos. Em sua fala discorreu sobre áreas protegidas, unidades de conservação, terras indígenas, comunidades quilombolas, entre outros pontos que podem ser prejudicados por causa das atividades exploratórias de petróleo dos blocos em licitação.

Renato Silveira agradeceu a exposição e abriu a palavra para demais interessados.

A geóloga Juliana Job, do Instituto Internacional Arayara, se pronunciou e fez uma pergunta à Francisco Pereira sobre os fatores impeditivos para que o bloco receba o licenciamento ambiental e sobre o protocolo utilizado, considerando que há blocos vizinhos a terras indígenas, as quais sofreriam com os impactos dos riscos da exploração e com possíveis vazamentos ou acidentes. Além da construção da infraestrutura, que entraria em conflito com as áreas de proteção.

Renato Silveira solicitou que Francisco Marcelo respondesse, entretanto foi o Coordenador de Meio Ambiente da SSM, Nilce Costa, que pediu para responder. Nilce Costa agradeceu a Urias pelas contribuições que serão aportadas ao processo e, à Juliana, esclareceu que a delimitação de áreas para exploração e produção de petróleo não considera o que possa vir no licenciamento. Ele elucidou que é no licenciamento que se faz o estudo de impacto ambiental, o qual inclui os riscos sobre as bacias sedimentares e o transporte de poluentes, e que se avaliam as influências no meio socioeconômico. Explicou que a ANP não faz estudo completo de licenciamento, pois isso é prerrogativa dos órgãos ambientais, mas alerta ao empreendedor que haverá o processo específico para examinar essas vulnerabilidades.

Francisco Marcelo agradeceu a Juliana pela pergunta e comentou que estão excluindo área de possível interferência e, completando a fala de Nilce, disse que o operador avalia a área em relação à viabilidade econômica da área e que as questões mais sensíveis são avaliadas na fase posterior, que é o licenciamento ambiental. Em relação à fala de Urias, ele confirmou que há áreas ambientais bastante sensíveis no entorno dos blocos e da área ofertada, mas que são de competência do licenciamento ambiental.

O presidente abriu a palavra aos interessados novamente e Dalcio pediu para falar. Ele disse que não poderia deixar de falar sobre mudanças climáticas e queima de combustíveis fósseis, denominando a matriz energética atual de ultrapassada e reforçando a luta pela crise ambiental. Afirmou que não deveria ser expandida a oferta de blocos, pois não é coerente com a transição energética.

Renato Silveira concedeu a palavra novamente à Juliana, que complementou a fala de Dalcio afirmando que não deveria haver expansão de oferta de blocos, dado o impacto ambiental, especialmente na Amazonia.

Nilce agradeceu Dalcio e Juliana e falou que está de acordo com os temas atuais: mudança climática e transição energética, e que quem trabalhada na área ambiental se sente pressionado pela necessidade de acelerar essa mudança. No entanto, segundo Nilce, essa mudança não pode ser acelerada além de certo limite porque não se pode submeter a sociedade à penúria no consumo de energia. Nilce concorda com Dalcio sobre o alargamento de fontes sustentáveis e limpas, mas afirma que essa transição vai demorar algumas décadas e que, até mudar, teremos necessidade de petróleo e gás natural. Como exemplo, citou a Amazonia, que depende de geração por diesel, o qual emite muitos poluentes e, caso as cidades sejam abastecidas com gás, será de fundamental importância para elas, pois vai permitir geração de energia com menos carbono e mais conforto para a população.

Após se certificar de que não havia outros participantes interessados em falar, Renato Silveira perguntou se a Procuradora Federal Tatiana Motta Vieira gostaria de se manifestar. Ela respondeu que, apesar de não haver questões jurídicas a esclarecer, gostaria de parabenizar pelo debate dos novos temas, os quais devem ser enfrentados com clareza e respeito a todos.

Renato Silveira finalizou agradecendo a participação de todos os ouvintes, dos palestrantes, dos que levaram questionamentos e da diretora Symone pela abertura da audiência. Afirmou que, dado que as questões levadas foram todas sobre meio ambiente, a ANP não está alheia a estas questões e que preza por tudo que é relacionado ao tema.

Sem mais nada a tratar, encerrou a Audiência Pública nº 05/2023 às 15 horas e 55 minutos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2023.

Hudson Filadelfo

Secretário da Audiência Pública nº 05/2023

Renato Silveira

Presidente da Audiência Pública nº 05/2023



Documento assinado eletronicamente por **HUDSON DE MORAES FILADELFO, Coordenador Administrativo**, em 17/03/2023, às 09:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENATO LOPES SILVEIRA, Superintendente**, em 17/03/2023, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.anp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2901317** e o código CRC **5F0F1D48**.
